

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ALTERAÇÕES PROCESSUAIS E PRÉ-PROCESSUAIS ...	25
1. Inquérito Civil	25
2. Legitimidade exclusiva do Ministério Público	26
2.1. Legitimidade da Fazenda Pública para postular o ressarcimento após a Nova Lei de Improbidade Administrativa.....	29
3. Conversão em Ação Civil Pública.....	35
4. Processo individual.....	36
5. Citação	37
6. Petição inicial.....	39
7. Revelia.....	39
8. Indisponibilidade dos bens	41
9. Remessa necessária	45
10. Sucumbência.....	46
11. Absolvição penal	47
12. Aspectos probatórios	49
13. Litisconsórcio.....	50

14. Vinculação da capitulação e princípio da congruência ...	52
15. Competência	54
16. Impacto da relevância da questão federal trazida pela EC nº 125/2022	60

CAPÍTULO II

ALTERAÇÕES MATERIAIS	65
1. Definição de improbidade.....	65
2. Direito sancionador	65
3. Dolo.....	67
4. Acordo de não persecução cível.....	69
5. Agentes públicos.....	74
6. Violação de princípios e rol taxativo.....	78
7. Responsabilidade dos herdeiros e sucessores	83
8. Prescrição	86
9. Obrigatoriedade de defesa judicial pelo parecerista.....	91

CAPÍTULO III

NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....	93
1. Alteração na legitimidade	93
2. Agentes políticos e crimes de responsabilidade	95
3. Agentes políticos municipais	98
4. Pena de demissão	102
5. Citação	106
6. Superação do dolo genérico para o dolo específico	109

7.	Ajuizamento em face do particular	111
8.	Adequação das sanções	112
9.	Indisponibilidade dos bens	116
9.1.	Violação de princípios	119
9.2.	Apontamento de prejuízos concretos e prévia oitiva do réu	120
9.3.	Impossibilidade de levar em conta o valor da multa para a indisponibilidade de bens	121
10.	Marcos interruptivos da prescrição	124
11.	Princípio da congruência	127
12.	Vedação à indenização por danos morais coletivos.....	129
13.	Responsabilidade do parecerista	132

CAPÍTULO IV

	MANUTENÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ	135
1.	Processamento pelas instâncias ordinárias	135
2.	Possibilidade de quebra de sigilo.....	138
3.	Prova emprestada	142
4.	Inexistência de obrigatoriedade de pena cumulativa ...	145
5.	Legitimidade do Ministério Público para postular res- sarcimento de dano ao erário	148
6.	Legitimidade do Ministério Público Estadual perante o STJ	152
7.	Ausência de notificação não implica necessariamente nulidade	154
8.	Identidade de termos iniciais de prescrição para parti- culares e agentes públicos.....	158
9.	Possibilidade de ressarcimento ao erário mesmo com a prescrição da pretensão para as demais sanções	162

10.	Inexistência de litisconsórcio passivo necessário.....	166
11.	Regime único de prescrição para particulares e agentes públicos.....	169
12.	Possibilidade de prosseguimento de ação de improbidade em face de particular	172
13.	Legitimidade passiva por sucessão.....	174
14.	Possibilidade de decretação de indisponibilidade de bens sobre ativos financeiros	176
15.	Princípio da reparação integral no ressarcimento ao erário.....	177
16.	Medidas atípicas no cumprimento de sentença	181
17.	Competência da justiça federal ou estadual.....	183
18.	Estagiário como agente público para a lei de improbidade.....	185
19.	Dirigente de entidades do sistema “S” como agente público para a finalidade de improbidade.....	187

CAPÍTULO V

	APLICAÇÃO RETROATIVA – DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS	193
1.	Retroatividade do direito sancionador benéfico.....	194
1.1.	Exemplos de julgados pela aplicação retroativa de norma mais benéfica em relação a direito sancionador	200
1.2.	Exemplo de julgado pelo afastamento da aplicação retroativa de norma mais benéfica em relação a direito sancionador	202
2.	Fato novo e prequestionamento	205
2.1.	Exemplos de julgados da Primeira Turma de Direito Público.....	208

2.2.	Exemplos de julgados da Segunda Turma de Direito Público.....	209
2.3.	Exemplos de julgados das Turmas de Direito Privado	212
3.	O debate trazido pelas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e a análise do Tema 1.199.....	213
3.1.	ARE 1.350.900/SP	213
3.2.	ARE 1.351.472/SP	215
3.3.	Tema 1199 – análise do ARE 843.989/PR.....	216
3.3.1.	Histórico do caso.....	216
3.3.2.	Decisão de suspensão	219
3.3.3.	Consequências da suspensão no âmbito do STJ.....	221
3.3.4.	Crítica à afetação genérica por Repercussão Geral	227
3.3.5.	Comentários sobre o parecer do MPF no Tema 1.199/STF	232

CAPÍTULO VI

QUADROS DAS SANÇÕES.....	237
---------------------------------	------------

CAPÍTULO VII

QUADRO COMPARATIVO.....	245
--------------------------------	------------

TRABALHOS CONSULTADOS PARA A PRIMEIRA EDIÇÃO.....	299
----------------------------------------------------------	------------